

a tradução bruniana da *política* de aristóteles e as suas reverberações na cultura humanística de inícios da renascença

the brunian translation of aristotle's *politics* and its reverberations in the humanistic culture of the early renaissance

fabrina magalhães pinto¹

resumo

O frade dominicano Guilherme de Moerbeke foi o grande tradutor das obras aristotélicas no século XIII, preferindo transliterar a terminologia grega de Aristóteles em vez de tentar encontrar equivalentes latinos clássicos. Em 1268, na sua tradução da *Política*, Moerbeke traduz, por exemplo, o termo grego *politeia* por *politia*, conceito que não explicaria em nada o seu equivalente. No século XV, Leonardo Bruni traduz novamente a *Política* se opondo às traduções da escolástica medieval e traduzindo *politeia* pelo termo latino *respublica*. Buscaremos neste artigo compreender as escolhas brunianas na sua tradução, que não seguiram a técnica de tradução palavra por palavra utilizada pela tradição escolástica, como o autor inova não apenas na arte da tradução, mas também na elaboração no *Quattrocento* de uma nova linguagem política que se desenvolve em paralelo com uma nova forma de se interpretar os antigos.

palavras-chave

Leonardo Bruni; Humanismo; Renascimento; Tradução.

abstract

The Dominican friar William of Moerbeke was the great translator of Aristotelian works in the 13th century, preferring to transliterate Aristotle's Greek terminology rather than trying to find classical Latin equivalents. In 1268, in his translation of *Politics*, Moerbeke translated, for example, the Greek term *politeia* by *politia*, a concept that would not explain its equivalent in any way. In the 15th century, Leonardo Bruni translated *Politics* again, opposing the translations of medieval scholasticism and translating *politeia* by the Latin term *respublica*. In this article we will seek to understand Bruni's choices in his translation, which did not follow the word-for-word translation technique used by the scholastic tradition, how the author innovates not only in the art of translation, but also in the elaboration in the *Quattrocento* of a new political language that develops in parallel with a new way of interpreting the ancients.

keywords

Leonardo Bruni; Humanism; Renaissance; Translation.

¹ Professora Associada do Departamento de História da UFF (PUCG) e professora permanente da pós-graduação em Filosofia da UFF (PFI). E-mail: fabrinamagalhaes@gmail.com

INTRODUÇÃO

O humanista e historiador Leonardo Bruni (1370-1444), também secretário apostólico de quatro papas (1405-1414) e mais tarde Chanceler de Florença (1427-1444), fora o líder humanista da primeira metade do século XV. Foi ainda o autor mais vendido na Itália antes da invenção da imprensa e o responsável por inúmeras traduções de textos clássicos, fato este que contribuiu decisivamente para a circulação de algumas obras até então pouco conhecidas pelo novo círculo de leitores e estudiosos interessados nas obras dos antigos.

O jovem aretino se transferiu para Florença em 1395, quando iniciou seus estudos no Direito². Contudo, não sem alguma resistência, abandonou o direito para se dedicar ao aprendizado das artes liberais, da gramática e da retórica, participando do círculo de estudantes (como Palla Strozzi, Roberto da Rossi, Pier Paolo Vergerio, entre outros), formado pelo então chanceler da república Coluccio Salutati. Este grande patrono das artes convida, em 1397, o professor de grego e sábio bizantino Manuel Crysoloras³ para organizar em Florença o ensino da língua grega para um seleto grupo de jovens humanistas. São desse período as primeiras obras brunianas, como a *Laudatio Florentinae urbis* e o *Dialogi*, escritos entre 1403 e 1406.⁴

Bruni reconhece em suas correspondências a influência tanto de Petrarca quanto de Salutati na disseminação dos *studia humanitatis* e se considera continuador da obra desses grandes mestres florentinos, sobretudo no que tange à revalorização das letras clássicas. Após a morte do amigo, escreve aos seus filhos: “se aprendi o grego foi graças à Coluccio, se me aprofundei em literatura latina, foi graças à Coluccio; se li, estudei, e conheci poetas, oradores e escritores de todo tipo, foi obra de Coluccio”⁵.

É enorme a contribuição do chanceler para manter Florença como o centro de cultivo das disciplinas humanísticas, não apenas levando Crysoloras para Florença, mas também comprando os livros necessários para o ensino do grego⁶. Como afirma Wilson, com a aquisição de diversas obras, o chanceler teria o objetivo de formar uma biblioteca pública ou universitária, sendo as obras dos historiadores, bem como as de Plutarco, Homero e Platão, os primeiros manuscritos almejados⁷.

² Sobre a biografia do humanista, conferir: GRIFFITHS, G; HANKINS, J; THOMPSON, D. (ed.). *The Humanismo of Leonardo Bruni. Selected Texts*. Birmingham: New-York. Renaissance Society of America, 1987, p. 15-46. Sobre a sua carreira na cúria ver: G. GUALDO. Leonardo Bruni segretario papale (1405-1415) in: *Leonardo Bruni Cancelliere della Repubblica di Firenze*, Convegno di studi (Firenze, 27-29 ottobre 1987), éd. P. Viti, Firenze 1990, pp. 73-96. Para maiores informações sobre a vida e obra de Bruni, ver: HANKINS, J. Coluccio Salutati e Leonardo Bruni. In: CILIBERTO, M. (org.). *Enciclopedia Italiana. Ottava appendice. Il contributo italiano alla storia del pensiero*. Filosofia, Roma 2012, 85-94.

³ Para a chegada de Crysoloras em Florença, ver: WILSON, N. *De Byzance à l'Italie: l'enseignement du grec à la Renaissance*. Paris: Belles Lettres, 2015, p. 27-35. Ver também: *Manuele Crisolora e il Ritorno del Greco in Occidente*. A cura di Riccardo Maisano e Antonio Rollo. Istituto Universitario Orientale; Dipartimento di Studi Dell'europa Orientale; Dipartimento Di Studi del Mondo Classico e del Mediterraneo Antico, 1997. E, por fim: HANKINS, J. Manuel Chrysoloras and the Greek Studies of Leonardo Bruni in: *Humanism and Platonism in the Italian Renaissance*. Rome: Edizioni di Storia e Letteratura, vol. I, 2003, p. 243-272.

⁴ O primeiro é um panegírico louvando a cidade por seus princípios ideais, seja na sua história, sítio ou situação política, que fora elaborado e inspirado a partir do *Panatenaico*, de Elio Aristides, autor da segunda sofística que glorifica Atenas. O segundo é um diálogo escrito à maneira de Cícero, exaltando Florença a partir das suas características literárias.

⁵ Citado por: GARIN, Eugênio. *Os chanceleres humanistas da república florentina*, In: *Ciência e vida Política no Renascimento*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.p. 93.

⁶ Ver, sobretudo: *Le radici umanistiche dell'Europa. Coluccio Salutati Cancelliere e Politico*. Atti del Convegno internazionale del Comitato nazionale delle celebrazioni del VI centenario della morte di Coluccio Salutati. A cura di Roberto Cadini e Paolo Viti. Firenze: Edizioni Polistampa, 2008.

⁷ Segundo Wilson (p. 27-29), Pala Strozzi teve um papel determinante não apenas na nomeação de Crysoloras, mas também na compra dos livros para o início das suas aulas. Com a ajuda deste nobre e rico florentino foram comprados também outros exemplares: como a *Geografia*, de Ptolomeu, as *Vidas*, de Plutarco, Platão e a *Política*

Crysoloras permaneceu em Florença por 3 anos, simplificando a gramática grega tradicional que era imposta em Bizâncio aos jovens alunos. Um outro resultado do seu ensino foi a aparição de novas traduções latinas de textos gregos que teriam a pretensão de ser mais claras aos leitores modernos, se distanciando, portanto, das traduções consideradas como bárbaras, que haviam mantido a tradução palavra por palavra e desrespeitavam o sentido dos vocábulos na língua de chegada; o latim. A relevância do seu método de ensino foi bem descrita por um dos seus alunos, Cencio de Rustici, em 1416:

Eu espero dizer uma palavra a respeito do tradutor: Manuel, que sem dúvida era um homem divino, tinha o hábito de dizer que uma tradução palavra a palavra é completamente inadequada; ele dizia que era não apenas absurda, mas que ela às vezes traía o sentido do grego. Ele dizia que era preciso traduzir o significado com a condição de não se perder a característica idiomática do grego. Se se faz isso para esclarecer o significado, corre-se o risco de transformar o tradutor em comentador⁸.

Para Ronald Witt⁹, a tradição do *Trecento* florentino de fazer traduções vernáculas dos clássicos foi o que a preparou para se tornar a líder do movimento humanista no final do século XIV. Assim, as traduções de Cícero, Sêneca, Tito Lívio, Salústio e Aristóteles estabeleceram um interesse e uma identificação com o antigo republicanismo romano entre os florentinos e forneceram uma alternativa para a cultura da cavalaria e do amor cortês advindo da França do baixo medievo. Para o autor, as traduções latinas do *Trecento* e as gregas do *Quattrocento* contribuíram, definitivamente, para a construção de um novo momento histórico e político na cidade de Florença.

Leonardo Bruni foi o aluno de Crysoloras que mais se dedicou ao projeto de tradução. As suas primeiras traduções datam de 1403, com a *Oratio Ad adolescentes*, de São Basílio¹⁰, e o *De tyranno*, de Xenofonte. Entre outubro do ano seguinte e março de 1405, Bruni terminava a sua versão do *Fédon*, de Platão, e poucos meses depois finalizava a tradução da *Vida de Marco Antônio*, de Plutarco¹¹. Graças à influência de Salutati e Poggio, o humanista se tornou, em 1405, secretário apostólico na cúria pontifícia, em Roma. Assim, nos 10 anos em que ocupou o cargo de secretário papal (entre 1405 e 1415), Bruni traduziu autores como Xenofonte (*Sobre a tirania*); Platão (*Fédon*, *Górgias*, *Críton*, *Apologia de Sócrates* e as *Cartas*); Plutarco (*A vida de Marco Antônio*, *Vida de Catão* e *Vida de Emílio Paulo*); Aristófanes (*Pluto*), e Demóstenes (*Pró Ctesifonte*), ou seja, obras que ele queria tornar conhecidas ao círculo humanista, pois tinham grande relevância intelectual, moral e civil. Para P. Viti¹², essas traduções foram realizadas com o objetivo de lançar uma

de Aristóteles (sendo este “o mesmo exemplar que serviu de modelo para a tradução de Bruni” alguns anos mais tarde). Para a chegada de Crysoloras em Florença, ver: WILSON, N. *De Byzance à l'Italie: l'enseignement du grec à la Renaissance*. Paris: Belles Lettres, 2015, p. 27-35. Ver também: *Manuele Crisolora e il Ritorno del Greco in Occidente*. A cura di Riccardo Maisano e Antonio Rollo. Istituto Universitario Orientale; Dipartimento di Studi Dell'europa Orientale; Dipartimento Di Studi del Mondo Classico e del Mediterraneo Antico, 1997. E, por fim: HANKINS, J. Manuel Chrysoloras and the Greek Studies of Leonardo Bruni in: In: *Humanism and Platonism in the Italian Renaissance*. Rome: Edizioni di Storia e Letteratura, vol. I, 2003, p. 243-272.

⁸ Texto citado por Wilson, op. cit., p. 32

⁹ WITT, Ronald G. *In the Footsteps of the Ancients: The origins of Humanism from Lovato to Bruni*. Leiden: Brill, 2000, p. 453-454.

¹⁰ Para o significado desta tradução no interior do programa cultural proposto pelo humanismo florentino ver: VITI, Leonardo Bruni e le polemiche antiumanistiche IN: *Gli umanesimi medievali*. A cura di Claudio Leonardi, Firenze, Sismel, 1998, p. 795-805.

¹¹ Sobre a versão bruniana do *Fédon*, ver HANKINS, J. *Plato in Renaissance*, Leida, Brill, 1991, vol. 1, p. 46-48. Sobre a tradução plutarquiana ver: IANZITI, G. *The Plutarchan Option: Leonardo Bruni's Early Careers in History, 1405-1414*. Para um panorama completo de todas as traduções brunianas, ver: BOTLEY, P. *Latin translation in the Renaissance. The theory and practice of Leonardo Bruni, Giannozzo Manetti and Desiderius Erasmus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

¹² VITI, Paolo. Introduzione In: *Leonardo Bruni: Sulla Perfecta Traduzione*. Napoli: Liguore Editore, 2004, p. 14.

mensagem que transcendesse o sentido puramente literário, para que os conceitos e ideias de tais textos fossem utilizados por seus leitores em uma cidade e em uma cultura aberta às novas experiências intelectuais e ideológicas que emergiam nas repúblicas. Assim, as várias traduções, prefácios e comentários brunianos estariam associados ao seu projeto pedagógico e também político que se baseia tanto na necessidade do conhecimento das línguas e gramáticas grega e latina, quanto na difusão destes textos e na criação de um léxico político próprio que deveria estar à serviço da república¹³.

Bruni retornou à Florença, em 1415, e passou às traduções das obras de Aristóteles. Assim, a *Ética a Nicômaco* é traduzida em 1417, os *Econômicos* (obra até então atribuída à Aristóteles), em 1419, e a *Política* em 1438. Além destas, entre os anos de 1417 a 1427, juntamente com a escrita das *Histórias*, o humanista se dedicou à novas traduções: como as *Vidas de Pirro e de Sertório*, de Plutarco, parte do livro IX da *Ilíada*, de Homero, o *Fedro*, a *Apologia de Sócrates* e o *Críton*, de Platão¹⁴.

Ao acompanharmos os dados biográficos de Bruni podemos perceber o longo trabalho de tradução que atravessou toda a vida do humanista. Assim, é importante destacar o relevo político que o humanista associa à redescoberta da língua e da retórica clássica, tendo em vista que o atento estudo da prosa dos grandes autores gregos e latinos representam uma fratura com o pensamento e a linguagem da escolástica medieval. Como diz S. Baldassari, “seu objetivo fundamental é a recomposição de uma língua para que se possa sair do rígido tecnicismo linguístico da filosofia medieval¹⁵”. Tal superação permitiria tanto o restauro das disciplinas humanísticas, após séculos de decadência, quanto o afrontamento à realidade de seu próprio tempo, partindo de uma perspectiva mais ampla e funcional. Não se trata de “refutar Aristóteles enquanto autor preferido da escolástica, mas seguindo os próprios ideais petrarquianos, recuperar o verdadeiro Aristóteles mantendo a fidelidade ao seu estilo originário¹⁶”. Aprender bem o latim e o grego se tornou condição fundamental desta nova educação humanista (ligada ao desenvolvimento das repúblicas livres da Itália, e dos aprendizados que o novo homem político deveria ter). Temos aqui, segundo Sérgio Cardoso:

O centro do projeto pedagógico e cultural do Renascimento, porque pensam o latim e o grego como o veículo do saber: sendo o meio que permite o contato com a experiência paradigmática dos Antigos. Seu ensino, portanto, não é pensado como o ensino de uma língua morta. Os textos antigos – pelos quais os humanistas se apaixonam – não são apenas modelos de expressão verbal; são fontes de ensinamentos e sabedoria. Por isso, diz Eugenio Garin, ‘o retorno aos clássicos não é (como frequentemente se pensa) o retorno à pureza da língua [...]’. Não é uma questão de bem escrever, mas de bem pensar’. Os autores antigos são lidos por suas qualidades humanas, por ser possível servir-se de suas criações e de sua experiência para nossa própria orientação de vida. Trata-se de recuperar

¹³ Opiniões divergentes, como a de Jerrold Siegel, sobre a tradução de Bruni da *Política* de Aristóteles, merecem ser destacadas, bem como a de James Hankins, que trataremos mais adiante. Sobre a tradução de Aristóteles, afirma Siegel: “O que Bruni queria traduzindo Aristóteles? Era exibir aquela “torrente dourada da eloquência”, que Cícero louvava nas obras gregas, mas que os escritores medievais tinham obscurecido. [...] Bruni traduziu Aristóteles para mostrar que também o Filósofo partilhava da devoção humanista à retórica [...] tratou essas traduções, como outros escritos seus, como parte de sua campanha da cultura retórica dos *studia humanitatis*. [...] Pois se Bruni admitia atitudes morais apropriadas para a vida comum dos homens da cidade, ele o fez somente porque essas atitudes estavam em harmonia com as tarefas da prática de orador.” Ver: SEIGEL, J. E. ‘Civic humanism’ or Ciceronian rhetoric? The culture of Petrarch and Bruni. *Past & Present*, v. 34. n. 1, p. 3-48, 1966, pp. 27-28.

¹⁴ Neste período o humanista também escreveu obras fortemente republicanas, como o *De Militia e a Oratio in funere Iohannis Strozi* e outras onde a defesa do humanismo prevalece, tais como o *De interpretatione recta*, o *Isagogicon moralis discipline* e o *De Studiis et literariis*.

¹⁵ S. Baldassari. “Leonardo Bruni e il suo De Interpretatione recta” in: *Umanesimo e traduzione da Petrarca a Menetti*. Università di Cassino. Dipartimento di linguistica e letterature comparate. Cassino, 2003, p. 96.

¹⁶ Idem, p. 96.

através de seus escritos o que se criou e se fez de mais excelente no passado da humanidade, visto que é por espelhar-se em tal experiência (imitatio) que cada homem pode atingir sua própria excelência, a virtude¹⁷.

É com esse projeto que Bruni se compromete em suas obras (históricas, filosóficas e retóricas), bem como na escolha dos textos que seriam por ele traduzidos do grego para o latim.

A CRÍTICA DE LEONARDO BRUNI ÀS TRADUÇÕES ESCOLÁSTICAS DE ARISTÓTELES

Como dissemos, de volta à Florença, em 1415, Bruni trabalha quase que prioritariamente com a tradução de um único autor: Aristóteles, que já era traduzido e bem conhecido no período medieval, e figurava como um dos modelos para os humanistas do *Quattrocento*. A nossa pergunta aqui não é somente por que traduzir novamente a *Ética*¹⁸ e a *Política*, que já possuíam traduções consolidadas feitas por Grossatesta e Guilherme de Moerbeke¹⁹, mas analisar a necessidade de tornar conhecido um léxico republicano específico para seus contemporâneos no *Quattrocento*, pois entendemos que o projeto bruniano de tradução e divulgação da língua e cultura grega é indissociável da sua atividade política e da defesa dos valores republicanos.

Há no humanista um projeto político e pedagógico que pode ser bem observado se olharmos com atenção algumas de suas obras em conjunto, sobretudo o *De Interpretatione Recta* (1424-1426)²⁰, o *De studiis et litteris liber* (1422-1426) e a sua tradução latina da *Política*. Tratamos em artigo anterior²¹ do *De Interpretatione Recta*, um trabalho de maturidade do autor onde estão expostas algumas considerações brunianas sobre os erros de tradução cometidos pelos medievais. Trata-se de uma defesa das escolhas linguísticas e lexicais feitas por ele em suas traduções, e também uma crítica aos tradutores anteriores, sobretudo àqueles que preferiam não ater-se ao texto que estavam traduzindo, e assim, segundo Bruni, acabavam por arruinar a beleza dos textos que traduziam e passavam aos leitores de suas traduções uma ideia errada dos autores dos textos traduzidos. Apenas para lembrar um ponto fundamental, para Bruni é imperdoável deixar em grego palavras que

¹⁷ CARDOSO, Sérgio. Sobre a Civilização do Renascimento In: *Política, Filosofia e Cosmologia. Ensaio sobre o Renascimento*. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2017, p. 24-25.

¹⁸ Hankins concorda que Bruni tentou popularizar a *Ética* de Aristóteles, descartando a difícil versão medieval e retraduzindo a obra em um latim acessível. E popularizou ainda mais o trabalho, redigindo, por volta de 1424, o *Isagogicon moralis disciplinae*, um diálogo latino que combinou uma revisão das principais escolas antigas de filosofia (tirada principalmente do *De finibus*, de Cícero) com um resumo dos ensinamentos mais importantes da *Ética*. HANKINS, James. Humanism in the Vernacular: The Case of Leonardo Bruni in: CELENZA, C.; GOUWENS, K. *Humanism and Creativity in the Renaissance. Essays in Honor of Ronald G. Witt*. Brill, 2006, p. 16.

¹⁹ Roberto Grossatesta se dedicou à *Ética* a Nicômaco, em 1246-1247; e uma primeira tradução anônima dos *Econômicos* remonta à primeira metade do século. Por fim, o frei dominicano Guilherme de Moerbeke completou a tradução da *Política* em 1260.

²⁰ O *De Interpretatione Recta* foi dedicado a Berto di Antonio Aldobrandini, chanceler da República de Siena (que aparece na dedicatória do texto de Bruni como Bertum Senesem), e que Bruni encontra em maio de 1426. Segundo Bernard-Pradelle, outra indicação de que o texto provavelmente foi escrito entre 1424-1426, é que ele não poderia ter concluído o seu método de tradução antes do seu prefácio à tradução do *Fedro*, de 1424, onde o humanista afirma ter decidido ignorar as críticas ao seu método de tradução. PRADELLE, Laurence Bernard. *Histoire, Éloquence et Poésie à Florence au début du Quattrocento*. Textes choisis, édites et traduits par Laurence Bernard-Pradelle. Paris: Honoré Champion, 2008, p. 615-616. Para a tradução do *De Interpretatione Recta* para o português ver: AMBRÓSIO, Renato. Leonardo Bruni e a tradução no humanismo italiano. *Revista Morus*, 2016, volume 11, n. 2, pp. 337-370. Para este artigo, usaremos também a edição latim-italiano organizada por Paolo Viti. *Leonardo Bruni: Sulla Perfecta Traduzione*. Napoli: Liguore Editore, 2004.

²¹ PINTO, F. Leonardo Bruni e o seu projeto político de tradução in: *Territórios e Fronteiras*, v. 15, n. 2 (2022). Dossiê: Interpretações sobre a curiosidade, pp. 79-95.

poderiam muito bem ser traduzidas para o latim²². Por que deixar um autor da estirpe e relevância de Aristóteles incompreensível aos seus leitores modernos? E aqui, fazemos a ressalva, por que esse descuido justamente com o seus conceitos referentes à vida política e participação dos cidadãos na cidade? Criticando com veemência o tradutor medieval no *De Interpretatione Recta* que Bruni não nomeia (mas ataca), ele proclama:

E o que eu deveria dizer das palavras deixadas em grego, que são tão numerosas a ponto de a sua tradução parecer semigrega? E, no entanto, não há nada dito em grego que não possa ser dito em latim. Eu ainda daria vênias em algumas poucas tão estranhas e obscuras que não podem ser traduzidas comodamente em latim; mas deixar em grego aquelas para as quais temos ótimos vocábulos é uma grandíssima ignorância.²³

E continua:

Por que deixar “politeia” (πολιτεία) em grego quando poderias e deverias ter usado a palavra latina “res publica”? Por que em mil passagens colocas “oligarchia”, “democratia”, “aristocratia”, e ofendes os ouvidos dos que te leem com tão inusitados e desconhecidos nomes, quando para todos eles temos ótimos e usadíssimos vocábulos em latim? Pois os nossos latinos disseram “paucorum potentia” (poder de poucos), “popularis status” (“estado” popular) e “optimorum gubernatio” (governo dos optimates). Portanto, é melhor dizer assim em latim ou deixar aquelas palavras assim como estão em grego?²⁴

A partir desse trecho no *De interpretatione recta*, podemos constatar que o esforço de tradução aqui mencionado diz respeito ao próprio texto da *Política*, mais do que à *Ética*, que Bruni há pouco traduzira (1416-1417). Já nesse momento, para o autor, não pode haver nenhum motivo para que se continue a falar de *democratia*. O tradutor estava consciente do que estava em jogo e, por isso, *democratia*, por exemplo, se torna governo popular. *Aristocratia*, governo dos melhores (*optmate*) e assim por diante. Apesar da dificuldade de tradução do texto aristotélico e de alguns problemas encontrados por Bruni, tendo em vista que a *res publica* assim como a *politeia*, significará, às vezes, um modo específico de governo, enquanto que outras vezes exprimirá um conceito geral no qual se inclui também a forma monárquica²⁵, com ele o vocabulário político se adapta à língua de uso e à realidade política presente, sem a distância criada por termos sentidos como inadequados. É por essa razão, e não apenas por questões filológicas, como afirma Hankins²⁶, que Bruni se opõe às traduções anteriores de Aristóteles, fato este que lhe granjeou um grande número de adversários.

Se os textos traduzidos até então pelo humanista eram praticamente desconhecidos no Ocidente latino (como Plutarco, Xenofonte, Demóstenes e o próprio Platão), a *Ética* já havia sido traduzida muitas vezes durante o medievo, e a versão latina de Grosseteste era largamente utilizada em diversas universidades europeias. Assim, como destaca James Hankins²⁷, traduzir as obras do estagirita colocaria os alunos de Crysoloras

²² BRUNI, Leonardo. *De interpretatione recta*, § 50-51.

²³ BRUNI, L. *De interpretatione recta*, § 50, p. 368.

²⁴ BRUNI, L. *De interpretatione recta*, § 50, op. cit., p. 368.

²⁵ Para a importância deste esforço de ‘tradução’ dos conceitos antigos por parte dos pensadores toscanos do século XV no desenvolvimento da ideia de *respublica* ver Hankins, J. *Humanism in the Vernacular: The Case of Leonardo Bruni* in: CELENZA, C.; GOUWENS, K. *Humanism and Creativity in the Renaissance. Essays in Honor of Ronald G. Witt*. Brill, 2006, pp. 11-31.

²⁶ Ver: HANKINS, J. *Translation Practice in the Renaissance: the case of Leonardo Bruni*. In: *Humanism and Platonism in the Italian Renaissance*. Rome: Edizioni di Storia e Letteratura, vol. I, 2003, p. 177-193

²⁷ Sobre as controvérsias enfrentadas por Bruni ver: HANKINS, op. Cit., 2003. Sobre as críticas sofridas por Bruni após a tradução da *Ética*, ver: Traduire l’Éthique d’Aristote: Leonardo Bruni et ses critiques. In: Zini FM *Penser entre les lignes: Philologie et philosophie au Quattrocento*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 2001. pp. 133-159.

num outro patamar, e Bruni sabia muito bem do conflito que iniciaria com a tradição escolástica quando começou tal empreitada. Diz ele: “Eu vi desde o início que eu entraria nessas controvérsias, especialmente com aqueles que se absorvem de velhas confusões, as nomeando como verdade aquelas da velha tradição”²⁸. O que nos surpreende é que a conduta de Bruni não foi nem um pouco diplomática em 1418, quando chamou o trabalho do tradutor medieval da *Ética* de “ignorante, pueril, simplório e grotesco”.

Eu confesso ter sido um pouco demasiado veemente ao criticá-lo, mas isso aconteceu pelo sentimento de indignação, porque depois de ter visto aqueles livros que em grego são cheios de elegância, de beleza, cheios de um certo inestimável decoro, e ao ver esses mesmos livros em latim estragados e desfigurados por uma tradução tão vergonhosa, eu realmente senti dor e me angustiei²⁹.

O humanista repete o seu tom crítico em toda a segunda parte do *De Recta interpretatione*, acusando o tradutor medieval de compreender mal o grego e também o latim³⁰. Além destes pontos, uma correta tradução de Aristóteles não poderia manter termos em grego para que a obra fosse, de fato, compreendida. É preciso lembrar ainda que o entendimento das formas de governo expressas na *Política* foram de grande relevância para inícios da modernidade, tendo em vista que as interpretações escolásticas tendiam a afirmar que a monarquia era a melhor forma de governo em relação às demais e, sobretudo, em relação às repúblicas³¹. E como as repúblicas italianas começaram a ganhar força a partir do século XIII, revisitar a interpretação aristotélica sobre as formas de governo se torna uma forma de reavivar o debate e de defender a participação popular como superior ao governo de um só.

Para Aristóteles, na *Política*, existem seis tipos principais de constituição que ele classifica em constituições sólidas e corruptas. O critério para distinguir constituições boas e más é moral: ou seja, para julgar um regime, devemos nos perguntar: os governantes governam para o bem de todos ou apenas de uma parte, da comunidade?

²⁸ Carta de Leonardo Bruni à Pizolpassi, arcebispo de Milão, em 1438 in: PRADELLE, Bernard. *Leonardo Bruni Aretino. Lettres Familières*. Tome 2. Presses Universitaires de la Méditerranée, 2014, p. 259-301

²⁹ BRUNI, Leonardo. *De Interpretatione Recta*, op. Cit., § 2, p. 75.

³⁰ Bruni ataca, então, tanto o seu mal conhecimento linguístico quanto as suas falhas históricas. Sobre esses aspectos e os problemas que uma tradução incorreta podem implicar, ele ressalta: “Como eu já traduzira do grego para o latim, os livros de Aristóteles a Nicômaco, acrescentei-lhes um prefácio, no qual, discutindo-os, demonstrei com argumentos os muitos erros do antigo tradutor. Como ouvi, muitos criticaram os meus argumentos como se fossem demasiadamente severos. Eles dizem: embora haja nela erros, todavia ele, pelo tanto que entendeu, de boa-fé o divulgou, por isso não merece repreensão, mas louvor (...)” BRUNI, Leonardo. *De Interpretatione Recta*, op. Cit., § 34-49.

³¹ Como destaca José A. Martins, o texto latino da *Política* não foi o único responsável pelas mudanças na forma de se pensar a política. A partir do século XIII foram fundamentais os comentários ao texto, feitos num primeiro momento por Alberto Magno e Tomás de Aquino. Aquino discutiu a *Política* não apenas em um comentário da obra aristotélica, que não foi concluído, mas também na *Suma Teológica* e em um outro tratado incompleto denominado *Do regime dos príncipes*. Não era o único, então, a dedicar atenção ao texto político aristotélico, pois nesses mesmos anos Alberto Magno comentava o texto da *Política*. Não muito depois, foram preparadas novas e importantes contribuições políticas: Pedro de Auvérnia retomou e completou o comentário de Tomás, Ptolomeu de Luca completou, de forma original, o do *Regime dos príncipes (ou Do reino)*, assim como João de Paris e Edgídio Romano publicaram suas reflexões tomando sempre por base o texto aristotélico traduzido em latim. Como afirma Hankins, para estes filósofos e teólogos do medievo o termo *respublica* raramente fora usado no sentido de “regime não monárquico”. Talvez a única exceção seja Ptolomeu de Luca, pois seu vocabulário político refletiu a polarização da Itália em governos principescos e comunais e assim prefigurava a situação no século XV, quando surgiu o sentido não-monárquico de *respublica*. Infelizmente, não conseguiremos abordar tal discussão no presente artigo, mas esta é uma reflexão que pode ter *chegado* a Leonardo Bruni em sua tradução do termo *politeia* por *respublica*. Em diálogo direto com a realidade das repúblicas italianas, o texto de Bruni deu um significado novo e especificamente republicano ao texto aristotélico. Ver: HANKINS, J. Exclusivist Republicanism and the Non Monarchical Republic. *Political Theory*, 38(4), 2010, p. 452-482. Ver: MARTINS, J. A. Sobre as origens do vocabulário político medieval. *Trans/Form/Ação*. Marília, vol. 34, n. 3, p. 57.

Beneficiam o bem comum ou pretendem favorecer seus próprios interesses privados?³² No terceiro livro da *Política*, o filósofo argumenta, por exemplo, a favor da atribuição de poder à multidão ou à maior parte dos cidadãos. Do mesmo modo, há a discussão sobre quem deve receber autoridade política, oferecendo argumentos a favor de que o poder de decisão seja exercido pela multidão ou pela maioria³³. Trata-se, segundo Paulo Butti de Lima, “de uma defesa polêmica da superioridade da decisão popular sobre a decisão tomada por poucos indivíduos, mesmo os superiores”³⁴. Pode-se admitir a inferioridade dos componentes da massa considerados individualmente, mas se deve afirmar a superioridade da deliberação coletiva³⁵ (como em III, 11, 1281a42-b2). Citando exemplos como o dos banquetes, os quais seriam melhores se organizados por vários indivíduos, mais do que por um só (III, 11, 1281b12-15), “o povo teria uma vantagem não somente moral, mas igualmente intelectual. Estamos no campo da virtude, ou da excelência, considerada como uma característica coletiva”³⁶, posto que cada um tem uma parte de virtude (*areté*) e prudência (*phrónesis*).

Concluindo uma série de exemplos sobre a superioridade da multidão não apenas na esfera política, mas também nas atividades intelectuais, Aristóteles ressalta que o juízo da multidão supera o de indivíduos singulares também quando se tem por objeto obras musicais e poéticas, ou quando acrescenta que é melhor dispormos de um alimento misturado e abundante do que um alimento puro, mas escasso. Nessas reflexões encontramos uma defesa da forma democrática de governo, em oposição ao governo de poucos indivíduos. Contudo, em seguida, “dedicando alguns capítulos ao tema da realeza, Aristóteles mitiga a força de tais raciocínios”³⁷ e afirma ser a monarquia a melhor forma de governo. No entanto, Aristóteles explica ainda que embora a Monarquia seja, em princípio, a melhor constituição, é a mais difícil de alcançar na prática (tendo em vista que apenas um governante deve reunir a virtude de todos os cidadãos), enquanto a tirania é a mais fácil³⁸. Assim, a teoria da degeneração da constituição mostra que a monarquia é a constituição mais provável de se conduzir à tirania, por isso o legislador tem de equilibrar as grandes vantagens da monarquia contra as grandes desvantagens da sua forma degenerada³⁹.

Esse tipo de ambiguidade presente no próprio texto aristotélico foi reiterada pelos tradutores da *Política* no medievo. Por essa razão, muitos especialistas (como E. Garin⁴⁰, C. Schmitt⁴¹, N. Rubinstein⁴², P. Butti de Lima⁴³, entre tantos outros) concordam que a redescoberta de Aristóteles influenciou profundamente a Europa; mas teve uma dimensão especificamente italiana que se justifica pela existência das repúblicas presentes na península

³² ARISTÓTELES, *Política*, 3.6-3.8. Usaremos a edição: ARISTÓTELES. *Política*. A cura di Carlo Augusto Viano. Milano: BUR Classici greci e latini, 2017.

³³ ARISTÓTELES. *Política*, III, 1281a30 et seq.

³⁴ LIMA, Paulo Butti de. *Democracia: a invenção dos antigos e os usos dos modernos*. Luís Falcão (tradução e revisão técnica). Niterói: EDUFF, 2021, p. 23

³⁵ ARISTÓTELES, *Política*, III, 11, 1281a42-b2.

³⁶ LIMA, Paulo Butti de. *Democracia: a invenção dos antigos e os usos dos modernos*, Op. Cit., p. 25.

³⁷ Idem, p. 26. Ver: ARISTÓTELES. *Política*, III, 1282a18-20.

³⁸ ARISTÓTELES, *Política*, III. 18.1288a, IV.2.1289a

³⁹ Idem, IV .2.1289a

⁴⁰ GARIN, E. “Le traduzioni humanistiche di Aristotele nel secolo XV”, *Atti e Memorie dell’Accademia fiorentina di scienze morali La Colocmbaria*, 16, 1947-1950, p. 57.

⁴¹ SCHMITT, C. *Aristóteles y el Renacimiento*. León: Universidad, Secretariado de Publicaciones, 2004.

⁴² Ver: RUBINSTEIN, N. *Studies in Italian History in the Middle Ages and the Renaissance*. Ed. by Giovanni Ciapelli. Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 2004. Ver ainda: “Le dottrine politiche nel Rinascimento” In: RUBINSTEIN, N. *Studies in Italian History in the Middle Ages and the Renaissance*. Ed. by Giovanni Ciapelli. Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 2004.

⁴³ LIMA, Paulo Butti. *Democracia: a invenção dos antigos e os usos dos modernos*, Op. Cit.

desde o século XII. Assim, a Itália do século XIII apresentava condições muito favoráveis para a discussão e difusão da obra aristotélica. Existia, no mínimo, uma demanda para que fossem discutidas questões relativas ao universo citadino, à participação nos debates políticos e às formas de governo, não sendo à toa que a *Política* tenha se tornado um guia para as repúblicas que haviam se tornado independentes há um século e meio.

A TRADUÇÃO DA POLÍTICA POR GUILHERME DE MOERBEKE

São poucas as notícias sobre a *Política* na passagem dos tempos antigos para os medievais, e este fato está atrelado a sua pouca influência na cultura ocidental por mais de um milênio, enquanto muitas outras obras do estagirita gozaram de uma excepcional popularidade graças ao trabalho sistemático de tradução realizado por pensadores árabes. Era, portanto, mais fácil ter acesso a Aristóteles pelas traduções árabes do que na própria língua grega.

Roberto Grosseteste (1168 – 1253) teria feito a sua tradução da *Ética* a Nicômaco a partir de um manuscrito antigo de Burgúndio de Pisa. E, segundo Martins⁴⁴, William Moerbeke fizera uma revisão do texto de Grosseteste e a publicado em 1246, ao que se segue o estudo e comentário desta tradução latina por Alberto Magno entre 1248 e 1252, na obra denominada *Super-Ethica*. Este seu trabalho foi seguido pelos estudos e comentários de Tomás de Aquino (1225 – 1274). Podemos destacar como se tornou prestigiada a recepção da *Ética* a Nicômaco e como era sólida a reputação de seus tradutores, Moerbeke e Grosseteste, que produziram uma tradução que era a base para as considerações sobre a questão da queda do ser humano, do pecado, da visão beatífica, da felicidade humana, do supremo bem, enfim, dos temas que giram em torno do que se denominou a “ética das virtudes”. Dito isso, é fácil perceber como uma crítica mais direta ao trabalho de tradução de Roberto Grosseteste gerou indignação entre aqueles que se posicionaram contra Leonardo Bruni, autor das críticas e de uma tradução que propunha muitas inovações e rompia com vários preceitos daquela tradição⁴⁵. A mesma polêmica ocorrerá quando Bruni resolve traduzir a *Política*.

Guilherme de Moerbeke⁴⁶, que já se dedicara à *Ética*, completa a sua tradução da *Política* em 1260. A versão de Moerbeke provavelmente representa o texto usado pelos autores de comentários latinos posteriores (como Alberto, o Grande, 1263-1265 e Tomás de Aquino, 1269-1272). Segundo Martins⁴⁷, o dominicano utiliza:

o mesmo vocabulário político usado por Grosseteste e Alberto, seja para designar as formas de governo: *regnum*, *monarchia*, *aristocratia*, *democratia*, *oligarchia*, *tirannus*, seja os termos derivados de política. Donde, pode-se concluir que, se não foi Moerbeke que criou esses vocábulos políticos, agora latinizados, certamente foi por meio de sua tradução que eles se consolidaram no vocabulário político latino, doravante.

⁴⁴ MARTINS, op. cit. p. 57-58.

⁴⁵ Para essas controvérsias ver: HANKINS, J. Traduire l'Éthique d'Aristote: Leonardo Bruni et ses critiques. In: Zini FM Penser entre les lignes: *Philologie et philosophie au Quattrocento*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 2001. pp. 133-159.

⁴⁶ A *Política* teve duas traduções: uma denominada *translatio imperfecta*, que contém o livro I inteiro e parte do livro II, até o capítulo 11, e teria sido feita antes de 1260. Uma segunda tradução aparece em 1265, a *translatio perfecta*, que contém toda a obra. Portanto, de acordo com Martins, o que se sabe é que Moerbeke foi o primeiro a traduzir para o latim o texto aristotélico, fazendo-o pelo original grego. Ver: MARTINS, op. Cit. p. 63.

⁴⁷ Idem, p. 66.

A tradução feita por Moerbeke inaugura um novo momento no pensamento político latino, pois traz inúmeros conceitos novos e um novo modo de pensar a dimensão pública do homem. Contudo, a filosofia moral nunca foi um assunto importante no currículo das novas universidades, embora algumas delas no norte da Europa tivessem ensinamentos que envolviam, sobretudo, a leitura da *Ética* a Nicômaco (mas muito raramente da *Política* e dos *Econômicos*) já no século XIV. Na Itália, esta esfera filosófica era acessória às disciplinas de maior peso, principalmente a medicina, como os casos de Salerno, Nápoles, Siena, Bolonha e Pádua. Segundo Bianchi, a *Política* raramente esteve presente, mesmo em uma função preparatória à teologia⁴⁸. Sem despertar maior interesse aos estudiosos, a tradução latina da *Política* é uma das últimas obras a ser vertida para o latim, sendo traduzida direto do grego, sem nenhuma outra tradução anterior para qualquer língua. Porém, o que chama mais a atenção é o fato de Moerbeke não ter traduzido, mas tão somente transliterado, vários termos gregos. Segundo Martins⁴⁹:

Podemos destacar os vocábulos pertencentes à família terminológica ligada à polis (*política, politicum, politico, politici, politeuma, politias, politicam, politizare* etc.) e os termos que designam as formas de governo, como democracia, oligarchia, tirania, aristocracia (e os termos derivados desses, *democraticus, oligarchicus, tiranus* etc). Além dessas transliterações, que já indicam uma ausência de vocabulário latino apropriado à disposição do tradutor, outro aspecto, correlato a este, diz respeito a algumas ausências significativas de termos latinos consolidados e que decorrem de uma antiga tradição de escritores que remontam à República romana, como *respublica, stati paucorum, statis multorum, gubernator, optimates* etc. Mais intrigante ainda é a tradução de *koinonia politiké* por *communicatio politica* e não por *civitas, societas ou respublica*, termos latinos esses que poderiam ser tomados como equivalentes à conceituação aristotélica.

Além do estranhamento que o texto da *Política* pode ter gerado aos seus primeiros leitores medievais, deve-se ressaltar também a enorme dificuldade de apreensão dos significados de termos de suma importância para a obra, como o de democracia, por exemplo. Este fato, como afirmam inúmeros pesquisadores já citados aqui (RUBINSTEIN; GARIN, LIMA; MARTINS; SCHMIDT; PRADELLE; entre tantos outros) compromete a própria utilização deste vocabulário estranho e inédito.

Vejamos abaixo como o dominicano organiza a sua tradução aristotélica:

O esquema constitucional de Aristóteles na *Política* III (1279a), conforme traduzido por Moerbeke, em 1268⁵⁰

	Formas boas	Formas corrompidas
Governo de um	Regia potestas	Tyrannia
Governo de poucos	Aristocratia	Oligarchia
Governo de muitos (<i>politeia</i>)	Politia	Democratia

Para o termo aristotélico *politeia*, Moerbeke apenas a substituiu por *politia*, igualmente sem significado claro. Lembremos que, para Aristóteles, o termo *politeia* pode ser compreendido tanto de forma genérica, podendo indicar toda forma constitucional,

⁴⁸ Isso pode ser explicado pelo fato de que a história do aristotelismo no final da Idade Média coincidiu em grande medida com o desenvolvimento das várias faculdades de filosofia e teologia, mas faculdades teológicas autônomas nunca existiram na Itália. Entre o final do século XIV e inícios do século XV, os professores de filosofia moral na Itália eram poucos e ensinavam outras disciplinas (filosofia natural, teologia, até astrologia e matemática). BIANCHI, L. *Studi Sull'Aristotelismo del rinascimento*. Padova: Il Poligrafo, 2003.

⁴⁹ MARTINS, op. Cit, p. 58.

⁵⁰ Aristotelis Politicorum libri octo cum vesta translatione Guillelmi de Moerbeke, ed. F. Susemihl (Leipzig: Teubner, 1872, 178-179).

ou todo modo de governo e de vida política, quanto de forma mais específica, podendo corresponder à forma superior de governo, que evita os males da democracia e da oligarquia, constituindo, assim, a forma reta, virtuosa de governo democrático (enquanto a forma reta do governo oligárquico é a aristocracia)⁵¹. Essa dificuldade em relação à compreensão do texto grego aparece não apenas nas primeiras traduções, mas em muitos comentários posteriores⁵².

Através da divulgação da tradução de Moerbeke, a ambiguidade terminológica de Aristóteles foi transferida para o mundo da escolástica latina, e *politia* tornou-se assim uma equivalente comum tanto para a política específica de Aristóteles quanto para a política genérica. Como destaca Hankins, existem algumas exceções: autores “como Alberto, o Grande, e John Buridan, que seguem a terminologia constitucional na *Ética Nicomaqueia* Latina, evitam a ambiguidade da *Política* usando a *timocratia* como equivalente a uma política específica⁵³”. Contudo, a linguagem técnica de Moerbeke tornou-se dominante, e seu duplo sentido de *politia* é refletido na terminologia usada pela maioria escritores dos escolásticos do final da Idade Média⁵⁴.

Não há dúvidas de que havia um longo debate realizado pela tradição sobre as formas de governo que era anterior a Bruni, e que certamente ele o conhecia bem. Se autores como Moerbeke ou Aquino compreenderam a democracia como com um regime iníquo e opressor, por outro lado, autores como Brunetto Latini e Ptolomeu de Luca entenderam a democracia de forma positiva, sobretudo a partir das experiências republicanas que têm início na península itálica a partir do século XII. Deste modo, como, já apontamos, se o debate é longo (e não é nosso objetivo realizar todo o percurso realizado pelos pensadores medievais), o que nos interessa é entender a tradução do termo *politia* para *res publica* em sua tradução da *Política*, o que o distanciaria de toda tradição medieval, sobretudo da interpretação assentada pelos escolásticos de que a monarquia seria a melhor forma de governo.

Por todos esses motivos, a *Política* suscitou um número muito limitado de comentários em relação ao resto da Europa até a geração de humanistas italianos que floresceu no início de *Quattrocento*. O centro desta mudança foi Florença, seguida após décadas por Bolonha e Pádua em particular. Os responsáveis por esta atenção à política foram os criadores de uma “filosofia moral humanística” que teve sucesso, no entanto, para penetrar na Universidade de Florença. Eles consideraram a *Ética*, a *Política* e os *Econômicos* como verdadeiros guias para a *vida ativa*. Prova maior do enraizamento desse novo vocabulário político latino é a repercussão da tradução da *Política*, concluída em 1438, pelo humanista Leonardo Bruni. Sobre esse ponto, discordamos das postulações de James Hankins:

⁵¹ ARISTÓTELES. *Política*, II, 6, 1265b26 et seq. O tema retoma outras vezes na *Política*, sobretudo no livro IV.

⁵² Sobre a dificuldade de compreensão do termo *politeia* em Aristóteles, P. Butti de Lima menciona que: diferentemente de Moerbeke ou Tomás de Aquino, Ptolomeu de Luca não foi o primeiro a valorizar uma forma de governo não monárquica. Bem antes dele, Brunetto Latini, em seu *Trésor*, afirmava que o governo superior é o governo das comunas, e não aquele das monarquias. LIMA, op. Cit., p. 39-40. E ainda, de acordo com Rubinstein, a retomada da *Política* em Ptolomeu constitui “a mais vigorosa formulação que a teoria comunal italiana recebeu no início do século XIV”. Ver: RUBINSTEIN, N. Marsilius of Padua and Italian Political Thought of his time. In: RUBINSTEIN. *Studies in Italian History in the Middle Ages and the Renaissance*. Ed. by Giovanni Ciapelli. Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 2004, p. 108.

⁵³ HANKINS, J. Exclusivist Republicanism and the Non Monarchical Republic. *Political Theory*, 38(4), 2010, p. 452-482.

⁵⁴ Entre eles, Henry de Rimini (*politia populi*), Giles de Roma (*gubernatio populi*), João de Paris (*polykratia*), Pedro de Auvérnia (*status politicus*), Bartolo de Sassoferrato (*politia*, regime ad populum), Marsílio de Pádua (*politia*), Nicole Oresme (*timocracia* ou *policie*) e outros escritores escolásticos sobre a *Política*. Até Ptolomeu de Lucca, o mais radical pensador republicano da Idade Média, preferiu o termo *politia* ou *regimen populi* para descrever o tipo de regra popular encontrada nas comunas italianas de sua época. Ver: HANKINS, idem, 463.

Bruni hoje é famoso com o arquétipo de “humanista cívico” de Hans Baron em seu estudo canônico, *The Crisis of the Early Italian Renaissance* (1955, 1966). Então surge naturalmente a suspeita de que a escolha de Bruni por *respublica* para traduzir *politeia* surgiu de motivos ideológicos. No entanto, as razões declaradas para sua escolha é filológica e não política, e dado o não uso de Bruni [deste termo] fora de suas traduções, não devemos ser rápidos em supor que sua nova terminologia era uma peça consciente de propaganda republicana. Em seu *Tratado sobre a correta tradução*, de 1424, de fato, ele afirma explicitamente que sua preocupação era a pureza da linguagem. Este último trabalho foi, na verdade, uma defesa das suas retraduições da filosofia moral de Aristóteles contra os críticos que preferiam as versões medievais⁵⁵.

LEONARDO BRUNI E A SUA TRADUÇÃO HUMANISTA DA POLÍTICA

Após a sua tradução da *Ética a Nicômaco*⁵⁶ do grego para o latim, nos anos de 1416 e 1417, e toda a polêmica gerada por ela⁵⁷, por volta de 1424 Bruni escreve o seu tratado sobre a arte da tradução, o *De Interpretatione Recta* (*Da tradução correta*), deixando clara a sua posição sobre a tradução e o papel do tradutor⁵⁸. Este texto constitui um guia prático que ensina o caminho para se fazer uma boa tradução e atenta para os principais problemas enfrentados pelos tradutores, que devem conhecer muito bem tanto a língua de entrada quanto a de saída, bem como a história daqueles cujas obras pretendem traduzir. O tratado se insere no contexto tanto do debate que estava em curso entre os humanistas italianos Lorenzo Monaci e Francesco Barbaro⁵⁹, quanto na necessidade de se criar metodologicamente algumas regras para a tradução dos textos clássicos que começavam a circular de forma mais intensa em inícios da Renascença italiana.

O método desenvolvido por Bruni põe em relevo a necessidade da aderência ao estilo e as características peculiares do texto originário. Ele não considera suficiente repetir na língua latina os conceitos originariamente expressos em grego; é fundamental, em vez disso, que o tradutor respeite a excepcionalidade da prosa grega se não quer corromper o sentido da obra e trair assim a intenção do autor. Nesse sentido, como destaca S. Baldassari, o humanista chama atenção para a importância de, no âmbito tradutológico, estar-se sempre atento à musicalidade dos vocábulos simples e a estrutura rítmica do período, repetindo algumas das proposições estilísticas que Cícero havia se dedicado

⁵⁵ HANKINS. Op.cit., p. 465. Ver também: HANKINS, “The Ethics Controversy,” in *Humanism and Platonism*, p. 193-239.

⁵⁶ A tradução bruniana da *Ética* foi utilizada nos cursos universitários em Florença por Hugo Benzi, Francesco Filelfo, Jean Argyropoulos, Nicolò Tignosi (o mestre de Ficino) e Angelo Poliziano. Na Espanha, durante o século XV, há um certo número de exemplares nos cursos em Salamanca, na França, a tradução continua a ser impressa no século XVI, ao mesmo tempo que as versões de Grossasteste e Argyropoulos; e na Alemanha a tradução bruniana chegou a ser usada em alguns cursos na universidade. Ver: HANKINS, J. *Traduire l'Éthique d'Aristotele: Leonardo Bruni et ses critiques*, p. 94

⁵⁷ Cf: FUBINI, R. “Tra umanesimo e concili” e “Il epistolario de Francesco Pizolpassi” In: *Umanesimo e secolarizzazione da Petrarca a Valla*. Roma: Bulzoni Editore, 1990, pp. 77-137. Ver também: HANKINS, J. *Traduire l'Éthique d'Aristotele: Leonardo Bruni et ses critiques*, op. Cit., p. 94

⁵⁸ A composição do tratado bruniano é extremamente ligada à versão da *Ética Nicomaquéia* que o humanista havia concluído em 1417, dedicando-a ao papa Martinho V. Em polêmica com a tradução tardo-medieval dessa obra – mas, em realidade atacando a cultura escolástica como um todo – Bruni acrescenta a própria versão de Aristóteles uma nota introdutória na qual movia as mesmas acusações que dali a pouco tempo iriam constituir um dos temas centrais do *De interpretatione recta*. Tanto na introdução à versão latina da *Ética* quanto na exposição do próprio método de tradução o humanista destaca a importância do estilo e da cadência do texto de origem. Cf.: BALSADASSARI, S. *Le metamorfosi de um traduttore: Leonardo Bruni e il suo De interpretatione recta* In: *Umanesimo e Traduzione da Petrarca a Manetti*. Cassino: Università di Cassino, 2003, p. 100.

⁵⁹ O primeiro aprontava a superioridade do grego frente o latim em suas traduções, enquanto o segundo contestava essa opinião. Ver: Le BLANC, Charles. *Le De interpretatione recta de Leonardo Bruni dans l'élaboration d'une théorie contemporaine de la traduction*. In: *La traduzione latina dei classici greci nel Quattrocento in Toscana e in Umbria*. A cura di John Butcher e Giulio Firpo. University Book, 2020, p. 137.

em seu *Orator*⁶⁰. É necessário, destaca Cícero⁶¹, dar em latim quanto mais seja possível o valor das figuras retóricas e todos aqueles dispositivos que não apenas embelezam o texto original, mas também são deste último parte integrante e imprescindível tanto quanto o pensamento do autor. O próprio Bruni afirma, seguindo o guia latino, que o motivo da sua admiração por Aristóteles consiste na habilidade do filósofo em saber unir o tratamento de questões complexas a uma vivacidade estilística e de desenvolver uma sucessão de argumentos com a mais alta habilidade retórica⁶².

É preciso destacar uma vez mais que as traduções de Bruni (bem como o seu tratado *De recta*) deixaram um legado considerável tanto para a teoria da tradução na modernidade quanto para a geração de humanistas que puderam ler as suas inúmeras versões latinas dos antigos. Não se trata apenas da quantidade de trabalho realizado, mas antes, da escolha dos textos, muitos dos quais foram traduzidos em latim pela primeira vez pelo humanista. Do mesmo modo, o destaque é ainda mais merecido se lembrarmos que o conhecimento do grego neste período era algo quase que excepcional e restrito a poucos homens. Assim, podemos considerar o *De Interpretatione Recta* o primeiro tratado moderno sobre a arte de traduzir que se insere dentro do movimento humanista de recuperação dos modelos estéticos e retóricos da tradição clássica, cujo trabalho de reapropriação é permeado pela consciência da distância temporal que separa a Antiguidade do Renascimento⁶³.

Segundo Paul O. Kristeller⁶⁴, as traduções do grego para o latim até o século XV eram feitas “sem nenhuma sensibilidade pela sintaxe ou a fraseologia do grego clássico”. Folena⁶⁵ também ressalta: “perde-se o valor dinâmico da *aemulatio* e da tradução artística e o conceito de traduzir se expande para aquele da pura transmissão de conteúdos, da reelaboração e da metamorfose do texto”.

Além disso e talvez ainda mais importante é o relevo político que está associado a redescoberta da língua e da retórica clássica. Para Bruni, o atento estudo da prosa dos maiores autores gregos e latinos representa uma clara fratura com o pensamento e a linguagem da escolástica medieval. Seguindo tal propósito, basta lembrarmos que o humanista refuta o uso de termos não atestados no latim da época republicana. Seu objetivo fundamental, como ressalta Baldassari⁶⁶, é a recomposição de uma língua adequada para sair do rígido tecnicismo linguístico da filosofia escolástica. Tal superação, segundo o programa de Bruni, permitia não apenas o restauro das disciplinas humanísticas há séculos em decadência mas também o confronto com a realidade do próprio tempo partindo de uma perspectiva mais ampla e cultural. “Não se trata de refutar Aristóteles enquanto autor preferido da escolástica mas, seguindo os ensinamentos de Petrarca, recuperar o verdadeiro Aristóteles em sua fidelidade ao estilo originário⁶⁷”. Como atestado pela vasta polêmica endereçada ao jovem tradutor aretino, o novo programa do humanista suscitou uma grande preocupação

⁶⁰ BALSADASSARI, S., op. Cit., p. 100.

⁶¹ No *Orator* a discussão sobre a “*oratio numerosa*” ocupa os parágrafos 163-236, ou seja, parte considerável da obra. CÍCERO. *Lorateur / Du meilleur genre d'orateurs*. Texte établi et traduit par Albert Yon. Paris: Société d'Édition “Les Belles Lettres”, 1964. Sobre a dependência de Bruni em relação a Cícero e o aprendizado do estilo aristotélico ver: HANKINS. “Traduire l'Éthique d'Aristotele: Leonardo Bruni e ses critiques”, op. Cit., p. 133-159.

⁶² CF.: CÍCERO, *Orator*, 196, onde Aristóteles é chamado de “*optimus auctor*”.

⁶³ E, para compreender melhor essa distância, os humanistas precisaram desenvolver instrumentos e novas técnicas de pesquisa como, por exemplo, a pesquisa filológica (que será de grande relevância para nomes como Lorenzo Valla, Erasmo de Rotterdam, entre tantos outros)

⁶⁴ KRISTELLER, P. O. *El pensamiento renascentista y sus fuentes*. Madri: Fondo de Cultura Economica, 1993, p. 192-193.

⁶⁵ FOLENA, G. *Volgarizzare e Tradurre*. Turin: Unione Tipografico – Ed. Torinese, 1991, p. 10.

⁶⁶ BALDASSARI, S., op. Cit., p. 96

⁶⁷ Idem, p. 96

na cultura tradicionalista da escolástica, pois havia o temor que Bruni tivesse a intenção de submeter a ética à eloquência. Assim, no projeto que envolve as traduções brunianas tais versões são indissociáveis tanto da atividade política do humanista⁶⁸ quanto da relação intrínseca que ele estabelece entre retórica e filosofia.

Como vimos no *De Interpretatione Recta*, uma das principais reivindicações de Bruni era que não se mantivesse na tradução latina da *Política* de Aristóteles termos como *politia*, *politeia*, *democratia*. O humanista proclama: “tudo aquilo que foi dito em grego pode ser dito em latim”. E, em particular, Bruni critica toda a tradição escolástica anterior que manteve tais absurdos: como Grosseteste, Moerbeke, Alberto Magno, Tomás de Aquino e Ptolomeu de Luca⁶⁹.

Para analistas como Hankins, por exemplo, a insistência de Bruni em manter apenas termos latinos em sua tradução da *Política* se dá por questões relativas ao bom gosto, “que ditavam que um tradutor fizesse uso de palavras equivalentes em seu próprio idioma antes de importar um idioma desconhecido, com palavras estrangeiras de som estranho⁷⁰”. Para o autor, a preocupação do humanista seria puramente a pureza da linguagem e não haveria nenhuma intenção política ou ideológica em sua tradução de *politeia* por *respublica*⁷¹, nem tampouco em sua opção em seguir mais de perto as orientações ciceronianas de que o latim seria um veículo de expressão filosófica igual ao grego. Vejamos o quadro abaixo.

O esquema constitucional de Aristóteles na Política III (1279a), conforme traduzido por Bruni, em 1438⁷²

	Formas boas	Formas corrompidas
Governo de um	Regia potestas	Tyrannia
Governo de poucos	optimatum gubernatio	paucorum potestas
Governo de muitos (<i>politeia</i> – <i>politia</i>)	Respublica	Popularis status

Para a tradição escolástica o termo *respublica* raramente é usado por filósofos e teólogos em suas discussões sobre o melhor regime, e nunca no sentido de “regime não monárquico”; e a melhor forma de governo era, sem contestação, a monárquica. Em sua tradução da *Política*⁷³ Bruni sabe que a escolha pelo conceito de influência ciceroniana mudaria a compreensão previamente estabelecida e endossada por séculos por sábios como Tomás de Aquino, Ptolomeu de Luca, entre tantos outros. Ao traduzir *politeia* como *respublica* e se opor ao uso de transliterações como *politeia* ou *politia*, Bruni se tornou a

⁶⁸ Bruni foi um autor intensamente empenhado na vida política de seu tempo. Ele foi secretário apostólico entre 1405 e 1414, participou do Concílio de Pisa, em 1409, bem como no de Constança, em 1414. De volta a Florença, no ano seguinte, Bruni escreveu a *Historiae Florentini Populi*, além de ter exercido o cargo de chanceler da república florentina entre 1427 e 1444 (ano da sua morte).

⁶⁹ PALUELLO, Minio. *Opuscula: The Latin Aristotle*. Hakkert, 1972, p. 290-294 citado por: SCHUTRUMPF, E. *The Earliest Translations of Aristotle's Politics and the Creation of Political Terminology*. Wilhelm Fink, Paderborn, 2014, p. 39.

⁷⁰ HANKINS, J. Europe's First Democrat? Cyriac of Ancona and Book 6 of Polybius In: Blair AM, Goeing A, Leu U A Festschrift for Anthony Grafton. Leiden: E. J. Brill, 2016, p. 706.

⁷¹ HANKINS, J. Exclusivist Republicanism and the Non Monarchical Republic, op. cit., p. 464.

⁷² Aristotelis Politicorum libri VIII interprete Leonardo Aretino, Strassbourg 1469, [f. 118r]

⁷³ Neste período, o termo *respublica* raramente é usado por filósofos e teólogos em suas discussões sobre o melhor regime, e nunca no sentido de “regime não monárquico”. Até mesmo Ptolomeu de Lucca (c.1236-1327), o pensador republicano mais radical da Idade Média, preferiu o termo *politia* ou *regime populi* para descrever o tipo de governo popular encontrado nas comunas italianas de sua época. Segundo Hankins, a palavra *respublica*, nas raras ocasiões em que foi usada, significava qualquer governo que servisse o bem comum ou, em contextos jurídicos, qualquer associação política autônoma que não reconhecesse um superior. Bons governos podem ser governos com um rei ou classe política virtuosa que governa em nome de todos, não apenas de uma parte da cidade, ou governos comunitários onde existe alguma forma de poder popular consentimento e participação. Cf.: HANKINS, J. Exclusivist Republicanism and the Non Monarchical Republic, op. cit., p. 461-462.

figura-chave para o surgimento na modernidade do novo significado de *respublica* como “governo não monárquico”⁷⁴.

Platão e Aristóteles usaram *politeia* para significar constituição ou regime, ou seja, as características formais, constitutivas de uma política, bem como a sua organização. No entanto, Cícero e os romanos geralmente não usaram a palavra *respublica* com o mesmo alcance que é coberto pelo grego *politeia*. Em particular, evitaram o equívoco fatal no uso da *politeia* introduzido na *Política* de Aristóteles, que serve tanto para forma de governo, como para a melhor forma de governo. Como dissemos antes, Aristóteles, além de usar *politeia* em seu sentido genérico de “constituição”, também usa o termo *politeia* para uma constituição específica, uma das três boas constituições em sua tipologia: inferior em princípio à aristocracia, mas superior à democracia. Para autores como Schutrumpf, a tradução do grego *politeia* por *res publica* escapa de outras derivações como: um adjetivo *politikos* ou um verbo *politeuesthai* como derivados do radical que esses termos compartilham com *polis* e *polites*, defendendo, assim, que a substituição bruniana não deturparia o sentido do termo aristotélico⁷⁵.

Para compreendermos como Bruni usa o termo *res publica*, é preciso entendermos, sobretudo, como Cícero o utiliza em suas obras e, em particular, em seu tratado *Da republica*⁷⁶. Ainda que o *Tratado Da republica* tenha chegado fragmentado a Bruni no século XV é fato que as formas de governo e o governo misto eram de conhecimento do humanista (seja por via platônica, aristotélica ou polibiana)⁷⁷. Além disso, é atestada por muitos especialistas (J. Hankins, S. Baldassari, P. Viti, Gualdo Rosa, E. Garin, entre tantos outros), a influência do orador romano no pensamento do humanista. Bruni não apenas escreve a biografia de Cícero – o seu *Cicero Novus*⁷⁸ – e elogia claramente a figura pública do orador romano pelo seu intenso empenho político a favor da república (em oposição ao *otium* filosófico) tão admirado pelos medievais, como também se utiliza dos seus preceitos retóricos e defesa da *vita ativa* em várias de suas obras. Gualdo Rosa afirma categoricamente: “a influência ciceroniana não pode jamais ser perdida de vista quando

⁷⁴ como salienta o próprio Hankins em artigo mais recente. Ver: HANKINS, J. Europe's First Democrat? Cyriac of Ancona and Book 6 of Polybius In: Blair AM, Goeing A, Leu U A Festschrift for Anthony Grafton. Leiden: E. J. Brill, 2016, p. 695.

⁷⁵ De acordo com Schutrumpf, Bruni escolheu como tradução para “comunidade política” *societas civilis*, tendo em vista que *societas* era uma parceria firmada com o propósito de algum negócio. A *societas civilis* traduz esse aspecto da *koinonia* aristotélica de maneira bastante adequada, pois é uma associação formada com o propósito de um certo bem comum. Assim, a interpretação de Bruni de *politeia* como *respublica* ofereceria ao leitor algum tipo de equivalente ao conceito aristotélico. SCHUTRUMPF, E. op. cit., p. 42-43.

⁷⁶ O manuscrito que hoje conhecemos do livro *De Re Pvblica*, de Cícero, foi redescoberto em 1819 pelo cardeal Angelo Mai. Em inícios da modernidade apenas eram conhecidas partes dos livros I e II, e o Sonho de Cipião. Utilizaremos neste artigo a tradução para o português realizada por Francisco de Oliveira. CÍCERO. *Tratado da República*. Tradução do latim, introdução e notas de Francisco de Oliveira. Porto: Editorial Verbo, 2008.

⁷⁷ Francisco de Oliveira fez um amplo levantamento: “veja-se Platão, Menéxeno 238cd (a *politeia* é chamada aristokratia e demokratia), Leis, 691 ss., 712de (exemplo de Esparta) e 756-757 (mistura de democracia e de monarquia); Aristóteles, *Política*, e.g. 1265b26-29 (intermédio entre democracia e oligarquia, chama-se *politeia*), 1273b22 ss. (a constituição ideal, segundo Eurifonte de Mileto, teria três partes), 293-1294, (a ideia de mistura ou síntese é transmitida pelos termos gregos *mixis* e *synthesis* e contempla várias hipóteses de mistura; *synthesis* sugere-me o termo *coniunctum* de Cic.Rep.3.23); Políbio, 6.3.7; 6.10.7-8; 6.11.11 (superioridade da constituição romana enquanto constituição mista); 6.51.1-2 (a *politeia* cartaginesa tinha três partes, aristocrática, democrática e monárquica)”. Cf.: OLIVEIRA, F. As formas da constituição em Cícero, p. 120. MATHESIS, 13, 2004, p. 105-123. Bruni também defende o governo misto como o ideal em seu *Elogio da Cidade de Florença*. Não poderemos entrar nessa discussão aqui, mas já a fizemos em outro artigo. Ver: PINTO, F. Política, história e instituições republicanas no primeiro Quattrocento: a Florença de Leonardo Bruni. *Revista Maracanan* (24), 593–614. <https://doi.org/10.12957/revmar.2020.48035>.

⁷⁸ BRUNI, L. Cicero Novus in: PRADELLE, B. *Leonardo Bruni Aretino. Histoire, Éloquence et Poésie à Florence au debut du Quattrocento*. Paris: Honoré Champion, 2008, pp. 408-547.

tentamos compreender o pensamento de Bruni⁷⁹”. Dito isso, vejamos como o conceito de *respublica* ciceroniano estava nas bases na defesa do republicanismo bruniano.

No *Tratado De Republica*⁸⁰, Cipião busca responder à indagação de Lélío sobre a melhor forma de constituição e, para isso, ele afirma, a investigação deve começar pela própria definição do conceito de *res publica*:

Portanto, [*res publica*] ‘Coisa Pública’ é a coisa do povo [*res populi*]. E povo não é um qualquer ajuntamento de homens congregados de qualquer maneira, mas o ajuntamento de uma multidão associada por um consenso jurídico [*iuris consensus*] e por uma comunidade de interesses [*utilitatis communione*]. E a primeira razão para se juntarem não é tanto a fraqueza quanto uma tendência natural dos homens para se congregarem. É que esta espécie não vive isolada e solitária...⁸¹

[...] Portanto, todo o povo, que é o tal ajuntamento da multidão, toda a cidade, toda a Coisa pública, que, como disse, é a Coisa do Povo, devem ser regidos por um órgão de governo para serem duradouros⁸².

Assim sendo, a “Coisa pública, que seria uma coisa de um povo, só funciona se houver uma república onde os homens não sejam oprimidos pela crueldade de um só homem. Se não houver o “vínculo único de direito, nem o acordo e a parceria (*societas*) de uma assembleia, que é um povo?⁸³” Portanto, para Cícero, onde há um tirano ou um governante injusto que não reconhece a liberdade do povo, não há apenas uma república defeituosa, simplesmente não existe república (*respublica*) de forma alguma⁸⁴. Uma *respublica* deve servir ao bem comum e evitar o comportamento tirânico.

Seguindo a sua argumentação sobre os três tipos de constituição, Cipião diz preferir a constituição mista às simples.

Dos três primeiros tipos, em meu entender, o preferível é de longe o régio; mas ao régio será preferível um que seja equilibrado e temperado com as três primeiras formas de constituição. [...] Esta constituição possui, antes de mais uma equabilidade, de que os homens livres dificilmente podem estar privados por muito tempo; depois, possui firmeza, enquanto que aqueles três primeiros tipos

⁷⁹ GUALDO ROSA, L. “La struttura dell’epistolario bruniano e il suo significato politico” in: VITI, P. *Leonardo Bruni. Cancelliere della Repubblica di Firenze*. Firenze: Olschki, 1987, pp. 371-390.

⁸⁰ Cícero constrói seu livro *De Re Publica* a partir da ficcionalização de um diálogo entre Públio Cornélio Cipião e outras célebres personalidades do passado romano em 129 a.C. A narrativa ocorre durante um feriado, em uma das casas de Cipião, um modelo que foi inevitavelmente comparado à República de Platão. Contudo, ele adiciona ao diálogo um texto preambular escrito por sua própria voz. Essa introdução é fundamental para a compreensão das intenções do autor durante o livro, incluindo o diagnóstico que estava sendo construído e até mesmo uma pista de onde se encontrariam as soluções para os problemas da república – principalmente a partir da clássica oposição entre vida ativa e vida contemplativa. Embora Cícero seja um óbvio partidário do estudo especulativo e da busca pela virtude, ele ressalta que ela de nada serve “se não for usada”, pois “reside totalmente em seu uso prático”. CICERO, *De Republica*, op. Cit., 1.2. Essa defesa da vida ativa como superior é frequentemente repetida por Bruni em suas obras políticas como a *Laudatio, Oratio, De milicia* e outras.

⁸¹ CICERO, *De Republica*, I, 39.

⁸² Idem, I, 41.

⁸³ Idem, III, 35.

⁸⁴ “Mesmo que o famoso Ciro, o Persa, fosse o rei mais justo e mais sábio, isso não me parece ter sido uma “coisa” de um povo” muito desejável (pois é isso que é uma república, como eu disse antes), uma vez que foi governado pelo aceno e [pela vontade] de um homem. Da mesma forma, se os nossos clientes, os Massilianos, são governados com a máxima justiça por cidadãos selecionados e líderes, existe, no entanto, nesta condição do povo uma certa semelhança com a escravidão. CICERO, *De Republica*, I, 43.

se convertem facilmente nos vícios contrários: de um rei déspota um senhor, dos *optimates* uma facção, de um povo a turbamulta e a confusão⁸⁵.

A forma mista prioriza a igualdade e está associada ao argumento da participação democrática, que é uma parte indispensável de um certo tipo de justiça implicada na natureza do Estado como “coisa de um povo”. E finaliza este ponto: de todos esses Estados, “seja pela sua constituição, seja pela sua divisão (de poderes), seja pela sua disciplina, nenhum pode ser comparado com aquele que os nossos pais nos legaram e que eles já tinham recebido de seus antepassados⁸⁶”. Ou seja, é em Roma onde há quatrocentos anos não se tem mais reis (mesmo sendo o melhor regime o régio), o que nos leva a pensar que para este grande orador a melhor forma de governo é a romana, cujo sistema misto a sustentou por tantos séculos.

O conceito de *respublica* de Cícero envolve então igualdade, participação popular, justiça⁸⁷ (tendo em vista que um governo injusto, que não reconhece a liberdade do povo, não é uma *respublica*) e liberdade (que não deve ser privada por nenhum governante, seja Ciro ou Licurgo).

Com efeito, no Estado onde existe um só indivíduo com poder perpétuo, sobretudo régio, mesmo que nela exista também um senado, como existiu em Roma quando havia reis, ou em Esparta, como as leis de Licurgo, e ainda que também exista algum direito para o povo, como existiu com os nossos reis, contudo sobressai esse nome de rei e não pode tal Estado deixar de ser e chamar-se reino. [...] Mas a esse povo que está submetido a um rei, faltam em absoluto muitas coisas, e antes de mais a liberdade [...]⁸⁸.

A privação da liberdade das pessoas comuns não só indica uma forma defeituosa de governo, mas também sugere que o Estado sob tal governo fica aquém de ser uma verdadeira república⁸⁹. Assim, no relato de Cipião sobre a história de Roma que culmina na República Romana, todas as partes da cidadania romana – não apenas reis e senados, mas também o povo comum; não só os patrícios, mas também os plebeus – contribuem para a formação e aperfeiçoamento da República⁹⁰, sendo considerado povo romano todas as ordens sociais de cidadãos nascidos livres. A República é, portanto, o estado exemplar porque a sua deliberação dominante promove, em primeiro lugar, uma “harmonia” de todas as partes do povo romano em vez de discórdias⁹¹ e em segundo lugar, vantagens comuns a todas as ordens sociais, como “a saúde dos cidadãos, a segurança das cidades e a vida tranquila e feliz dos seres humanos⁹²”.

Voltando a Bruni e ao uso do conceito de *respublica* na sua tradução da *Política*, faz todo sentido o uso deste conceito pelo humanista, uma vez que ele clama por questões

⁸⁵ Idem, I, 69.

⁸⁶ Idem, I, 70.

⁸⁷ “Portanto, onde há um tirano, não há uma república defeituosa (como disse ontem); mas, como a razão agora obriga, deve-se dizer que não existe *respublica* de forma alguma. [...] E quando os decênviro em Roma estavam no terceiro ano, imunes a apelo, quando a própria liberdade havia perdido seus baluartes legais? Não havia “coisa” de povo”. Pelo contrário, o povo agiu no sentido de recuperar a sua “coisa” CÍCERO, *De Rep.* III. 35.

⁸⁸ Idem, II, 42-43.

⁸⁹ Segundo Xinzhi Zhao: “Enquanto “res publica” foi traduzida como “a república” na tradução de Fott (2014), Asmis (2015, p. 377) nos lembra que esta palavra é traduzida “com mais precisão” como “o estado”, pois o sujeito de interesse na República não é apenas a República Romana, mas os estados em geral”. Ver: XINZHI ZHAO. A Ciceronian Defense of Democratic Participation. *Periódico UFSC*, p. 106. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2021.e78929>. Na edição italiana, organizada por Francesca Nenci, *res publica* também é traduzida por República. Como o debate é longo e inconclusivo, como analisado por Xinzhi Zhao, seguiremos esta tradução do conceito. Ver: CICERONE. *La Repubblica*. A cura di Francesca Nenci. Texto latino a Fronte. BUR, 2010.

⁹⁰ CÍCERO, *De Rep.* II, 39-40.

⁹¹ CÍCERO, *De Rep.* I, 69.

⁹² CÍCERO, *De Rep.* IV, 1 e *De Legibus*, II. 11.

muito similares às do orador romano. Não é à toa que ele irá desenvolver, tanto em seu *Elogio da cidade de Florença*⁹³ quanto em sua *História do Povo Florentino*, o argumento da fundação romana da cidade de Florença – que se torna, por isso, herdeira das suas instituições e valores republicanos. Diz ele no livro II da sua *História do Povo Florentino*:

A partir desses indícios, é admirável de dizer quanto cresceu a força do povo. As pessoas que pouco antes eram servis ao príncipe ou a seus apoiadores, agora, depois de terem experimentado a doçura da liberdade, voltam todas as suas forças para elevarem a si mesmos e merecer respeito entre os seus. Desse modo desenvolveram prudência e indústria doméstica, coragem e armas no estrangeiro⁹⁴.

Para Bruni, usando Cícero e Salústio⁹⁵ como suas referências, o regime tirânico e nobiliário acaba com o talento e intensifica a pobreza, enquanto que o regime republicano ou popular oferece plenas condições para o estabelecimento das virtudes. O regime da liberdade é, antes de tudo, o regime onde a capacidade dos cidadãos floresce melhor. Naturalmente os mesmos anseios se fazem presentes no livro I, onde Bruni condena a passagem da república ao império romano⁹⁶.

Além da defesa da *libertas* republicana e da participação popular, o governo misto também é para Bruni a solução para equilibrar as partes do governo florentino e alcançar a equidade entre as partes da cidade. Dessa forma, ao optar pelo governo misto, ele se afasta não apenas da tirania, mas também da forma monárquica como melhor forma de governo.⁹⁷ Na *Laudatio*, a cidade apresenta-se com um corpo indissociável no qual a

⁹³ Diz Bruni na *Laudatio*: “Como diz Cícero, sou da opinião de que devemos começar do princípio”. De onde, portanto, se origina este povo? Quais foram seus ancestrais? Por quais mortais esta ilustre cidade foi fundada? Reconheci, florentinos, reconheci vossa estirpe e vossa linhagem! Considerai que de todas as gentes sois os mais ilustres! Os outros povos têm como ancestrais refugiados ou banidos de suas pátrias, camponeses, imigrantes obscuros ou fundadores desconhecidos. Os vossos fundadores, entretanto, foram os romanos, conquistadores e senhores de todo o orbe terrestre. Ó Deus imortal, foram conferidas tantas coisas boas a esta única cidade de tal modo que tudo parece ter contribuído para sua beleza. De primeira importância é: os florentinos têm sua origem no povo romano! Que outra nação no mundo inteiro foi mais ilustre, mais poderosa, que mais se destacou em todas as virtudes que a romana? [...] De fato, se buscas nobreza entre os fundadores, não encontrarás ninguém mais nobre no mundo inteiro que o povo Romano. Se procuras riqueza, ninguém mais rico; se procuras grandeza e magnificência, ninguém mais excelente nem mais glorioso; se procuras extensão de domínio, nada do lado de cá do oceano deixou de se curvar às armas e ao poder de Roma. Desse modo, Florentinos, a vós pertence por hereditariedade o direito de domínio sobre todo o orbe terrestre e a posse de tudo que outrora fora de vossos pais”. BRUNI, *Laudatio florentinae urbis*, § 30-31. Para Bruni, a grandeza de Florença possuía linhagem direta com sua fundação romana. Assim, as diversas batalhas florentinas e até mesmo a grande luta contra Milão, seu maior e mais forte adversário até então, eram devedoras da manutenção dos valores de liberdade, participação cívica e governo misto dos romanos. BRUNI, *Laudatio florentinae urbis*, § 32-35. Tratamos desse ponto no artigo: PINTO, F.; FALCÃO, L. História, república e fundação da cidade de Florença em Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Maquiavel. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 53–82, 2021.

⁹⁴ BRUNI. *História do Povo Florentino*, livro 2, p. 27.

⁹⁵ A condenação do regime imperial certamente influenciou outros historiadores latinos, como Tácito, por exemplo. Contudo, é da *Conjuração de Catilina* que parte a menção bruniana que está presente em todo o seu humanismo cívico.

⁹⁶ BRUNI. *História do povo florentino*, livro I, 14.

⁹⁷ “Como diz Cícero, sou da opinião de que devemos começar do princípio”. De onde, portanto, se origina este povo? Quais foram seus ancestrais? Por quais mortais esta ilustre cidade foi fundada? Reconheci, florentinos, reconheci vossa estirpe e vossa linhagem! Considerai que de todas as gentes sois os mais ilustres! Os outros povos têm como ancestrais refugiados ou banidos de suas pátrias, camponeses, imigrantes obscuros ou fundadores desconhecidos. Os vossos fundadores, entretanto, foram os romanos, conquistadores e senhores de todo o orbe terrestre. Ó Deus imortal, foram conferidas tantas coisas boas a esta única cidade de tal modo que tudo parece ter contribuído para sua beleza. De primeira importância é: os florentinos têm sua origem no povo romano! Que outra nação no mundo inteiro foi mais ilustre, mais poderosa, que mais se destacou em todas as virtudes que a romana? [...] De fato, se buscas nobreza entre os fundadores, não encontrarás ninguém mais nobre no mundo inteiro que o povo Romano. Se procuras riqueza, ninguém mais rico; se procuras grandeza e magnificência, ninguém mais excelente nem mais glorioso; se procuras extensão de domínio, nada do lado de cá do oceano deixou de se curvar às armas e ao poder de Roma. Desse modo, Florentinos, a vós pertence por hereditariedade o direito de domínio sobre todo o orbe terrestre e a posse de tudo que outrora fora de vossos pais”. BRUNI, *Laudatio florentinae urbis*, § 30-31. Para Bruni, a grandeza de Florença possuía linhagem direta com sua fundação romana. Assim, as diversas batalhas florentinas e

dulcíssima liberdade, assim como as leis, a virtude e as instituições caminham juntas para propiciar a grandeza da república.

Além disso, a cidade foi dividida em quatro, de tal modo que nenhuma secção ficasse privada de representação. De cada uma elegem-se dois representantes oficiais, os quais não são escolhas fortuitas, mas homens conhecidos e considerados apropriados para tão digno cargo. Para governar a República, une-se a esses oito cidadãos um homem ainda, superior em virtude e autoridade, vindo a cada vez de uma dessas mesmas secções, que é o príncipe do colégio a empunhar a bandeira da justiça contra os arruaceiros. Não se quer que esses nove homens, encarregados de governar a República, habitem outro lugar que a cidadela pública nem que andem à sua frente os lictores, ornando-lhes assim toda uma pompa e lhes atribuindo uma majestade ainda maior⁹⁸.

Repare-se que todas as comunas são representadas, e por alguém legitimado localmente. Isso, em si mesmo, é razão suficiente, observado diante do sistema de rotação da magistratura superior, para que haja não apenas um rodízio entre um punhado de cidadãos, mas entre membros das diferentes regiões da cidade.

O príncipe do colégio, instituição caracteristicamente assemelhada ao senado, é explicitamente rotativo entre as regiões, de tal maneira que todas se sentem parte e responsável pelo todo da cidade. Por fim, está embutida na forma eleitoral de controle interno dos poderes: dos nove magistrados, oito são eleitos igualmente nos bairros e um, superior aos demais, por um bairro por vez. Sendo verdade, no entanto, que algumas vezes surgem situações que parecem precisar de maior capacidade de julgamento, somam-se ainda doze homens bons, que com os outros nove decidem as questões da República. Somam-se ainda os representantes da juventude, aos quais, quando lhes couber proteger a liberdade, concorrem todos e todos os seguem. Eles têm assento no conselho e (assim como os magistrados) se elegem nas quatro secções e têm, por sua vez, mandato de quatro meses⁹⁹.

Estamos aqui diante do ápice da institucionalidade bruniana. O poder da república se divide em três organismos distintos, separados desde suas respectivas origens, mas suficientemente relacionados mutuamente, de tal maneira que um seja capaz de controlar o outro. A referida capacidade de julgamento diz respeito a toda e qualquer deliberação e ação da cidade. Os doze cidadãos bons servem simultaneamente de contrapeso e auxílio à magistratura dos nove antes comentada. Além destes, ainda somam-se os representantes da juventude, que serão aqueles que comporão o exército da cidade.

Eis aqui, em linhas gerais, a *res publica* bruniana, que segue, de perto alguns dos valores e princípios da *res publica* ciceroniana, bastante difundidos em inícios do *Quattrocento* pelos grupo de humanistas ao qual o próprio Bruni pertence. Para concluirmos, é preciso ressaltar que o projeto de tradução desenvolvido por Bruni, em oposição a Moerbeke, é acompanhado pela criação e divulgação de um novo léxico político, e de uma nova interpretação da *Política*. Nossa hipótese, portanto, quando falamos de um projeto político de tradução bruniana procurou se desenvolver na seguinte direção: a crítica ao vocabulário extremamente hermético existente nas traduções medievais da *Política* se dá num primeiro momento para que a leitura do texto seja feita corretamente. E, num segundo momento, para que a interpretação da *Política* não seja feita mais em defesa da Monarquia (como em Tomás de Aquino, Egídio Romano ou Ptolomeu de

até mesmo a grande luta contra Milão, seu maior e mais forte adversário até então, eram devedoras da manutenção dos valores de liberdade, participação cívica e governo misto dos romanos. BRUNI, *Laudatio florentinae urbis*, § 32-35. Tratamos desse ponto no artigo: PINTO, F.; FALCÃO, L. História, república e fundação da cidade de Florença em Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Maquiavel. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 53-82, 2021.

⁹⁸ BRUNI, *Laudatio*, § 79.

⁹⁹ BRUNI, *Laudatio*, § 80.

Luca), mas sim em defesa da república e dos valores que a envolvem: como a participação cívica, a justiça e a equidade.

REFERÊNCIAS

Fontes:

ARISTOTELIS. *Politicorum libri octo cum vesta translatione Guilelmi de Moerbeke*, ed. F. Susemihl. Leipzig: Teubner, 1872, 178-179.

ARISTOTELIS. *Ethica ad Nicomachum; Politica et Oeconomic Libri*. Leonardo Aretino interprete. Strasbourg ap Johann Mentelin, 1469.

ARISTOTELE. *Politica*. A cura di Carlo Augusto Viano. Milano: BUR Classici greci e latini, 2017.

BRUNI, Leonardo. *De Interpretatione Recta [Sulla Perfecta Traduzione]*. A cura di Paolo Viti. Napoli: Liguore Editore, 2004.

_____. *Elogio da cidade de Florença*. Tradução e revisão Fabrina Magalhães Pinto e Alexander Viana. *Revista Morus*, Campinas, v. 11. n. 2, p. 245-335, 2016.

_____. *History of the Florentine People*. Edited and translated by James Hankins. Cambridge: I Tatti Renaissance Library\Harvard University Press, 2001, 2004 e 2007, v. 1-3.

_____. *Cicero Novus* in: PRADELLE, Laurence Bernard. *Histoire, Éloquence et Poésie à Florence au début du Quattrocento*. Textes choisis, édites et traduits par Laurence Bernard-Pradelle. Paris: Honoré Champion, 2008.

_____. *Lettres Familiales*. Tome 1 et 2. Presses Universitaires de la Méditerranée, 2014.

CÍCERO. *L'orateur / Du meilleur genre d'orateurs*. Texte établi et traduit par Albert Yon. Paris: Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1964.

CICERONE. *La Repubblica*. A cura di Francesca Nenci. Testo latino a Fronte. BUR, 2010.

_____. *Tratado da República*. Tradução do latim, introdução e notas de Francisco de Oliveira. Porto: Editorial Verbo, 2008.

Bibliografia secundária:

AMBRÓSIO, Renato. Leonardo Bruni e a tradução no humanismo italiano. *Revista Morus*, 2016, volume 11, n. 2, pp. 337-370.

BLYTE, J. M. *The life and works of Tolomeo de Fiadoni* (Ptolemy of Luca). Turnhout: Brepols, 2009.

BLYTE, J. M. Ptolemy of Luca. *On the government of Rulers (De regimine principum)*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997.

BALDASSARI, S. U. “Le metamorfosi di um traduttore: Leonardo Bruni e il suo De Interpretatione recta” in: *Umanesimo e traduzione da Petrarca a Menetti*. Università di Cassino. Dipartimento di linguistica e letterature comparate. Cassino, 2003.

BELTRAMI, G e al. (eds.). Brunetto Latini. *Trésor*. Torino. Einaudi, 2007.

BERTELLONI, F Les schèmes de la philosophia pratica antérieurs à 1265: leur vocabulaire concernant la Politique et le rôle dans la réception de la Politique d'Aristotele. In: *L'élaboration du vocabulaire Philosophique au Moyen Age*. Brepols, 1998.

BIANCHI, L. *Studi Sull'Aristotelismo del Rinascimento*. Padova: Il Poligrafo, 2003.

BOTLEY, P. *Latin translation in the Renaissance. The theory and practice of Leonardo Bruni, Giannozzo Manetti and Desiderius Erasmus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

CARDOSO, Sérgio. Sobre a Civilização do Renascimento In: *Política, Filosofia e Cosmologia. Ensaios sobre o Renascimento*. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2017, p. 24-25.

FOLENA, G. *Volgarizzare e Tradurre*. Turin: Unione Tipografica – Ed. Torinese, 1991.

FUBINI, R. “Tra umanesimo e concili” e “Il epistolario de Francesco Pizolpassi” In: *Umanesimo e secolarizzazione da Petrarca a Valla*. Roma: Bulzoni Editore, 1990.

GARIN, Eugênio. “Le traduzioni humanistiche di Aristotele nel secolo XV”, *Atti e Memorie dell'Accademia fiorentina di scienze morali La Colocmbaria*, 16, 1947-1950, p. 57.

_____. *Ciência e vida Política no Renascimento*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GRABMANN, M. *Guglielmo di Moerbeke il traduttore delle opere di Aristotele*. Miscellanea Historiae Pontificiae, vol. XI, Roma: Pontificia Università Gregoriana, 1946.

GRIFFITHS, G.; HANKINS, James; THOMPSON, B. *The Humanism of Leonardo Bruni*. Selected Texts. New York, 1987.

GUALDO, Germano. Leonardo Bruni segretario papale (1405-1415) in: *Leonardo Bruni Cancelliere della Repubblica di Firenze*. Convegno di studi (Firenze, 27-29 ottobre 1987). A cura di Paolo Viti. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1990.

GUALDO ROSA, L. “La estrutura dell'epistolario bruniano e il suo significato politico” in: VITI, P. *Leonardo Bruni. Cancelliere della Repubblica di Firenze*. Firenze: Olschki, 1987, pp. 371-390.

HANKINS, James. *Plato in Renaissance*. Leida: Brill, 1991, vol. 1.

_____. Coluccio Salutati e Leonardo Bruni. In: CILIBERTO, M. (org.). *Enciclopedia Italiana. Ottava appendice. Il contributo italiano alla storia del pensiero*. Filosofia, Roma 2012, 85-94.

_____. Manuel Chrysoloras and the Greek Studies of Leonardo Bruni in: In: *Humanism and Platonism in the Italian Renaissance*. Rome: Edizioni di Storia e Letteratura, vol. I, 2003.

_____. Translation Practice in the Renaissance: the case of Leonardo Bruni. In: *Humanism and Platonism in the Italian Renaissance*. Rome: Edizioni di Storia e Letteratura, vol. I, 2003, p. 177-193.

_____. Traduire l'Éthique d'Aristote: Leonardo Bruni et ses critiques. In: *Penser entre les lignes: Philologie et philosophie au Quattrocento*, a cura di F. Mariani Zini. Lilla: Presses Universitaires du Septentrion, 2001. pp. 133-159.

_____. *Humanism and Platonism in the Italian Renaissance*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, vol. 1 e 2, 2003 e 2004.

_____. Humanism in the Vernacular: The Case of Leonardo Bruni in: CELENZA, C.; GOUWENS, K. *Humanism and Creativity in the Renaissance. Essays in Honor of Ronald G. Witt*. Brill, 2006.

_____. Exclusivist Republicanism and the Non-Monarchical Republic. *Political Theory*, vol. 38, n. 4, 2010, pp.452-482.

_____. Europe's First Democrat? Cyriac of Ancona and Book 6 of Polybius In: Blair AM, Goeing A, Leu U A Festschrift for Anthony Grafton. Leiden: E. J. Brill, 2016.

IANZITI, Gary. *The Plutarchan Option: Leonardo Bruni's Early Career in History, 1405-1414*. I Tatti Studies: Essays in the Renaissance, v. 8, 1999, pp, 11-35.

KRISTELLER, P. O. *El pensamiento renascentista y sus fuentes*. Madri: Fondo de Cultura Economica, 1993.

LE BLANC, Charles. Le De interpretatione recta de Leonardo Bruni dans l'élaboration d'une théorie contemporaine de la traduction. In: *La traduzione latina dei classici greci nel Quattrocento in Toscana e in Umbria*. A cura di John Butcher e Giulio Firpo. University Book, 2020.

MARTINS, José A. Sobre as origens do vocabulário político medieval. *Trans/Form/Ação*. Marília, vol. 34, n. 3, 2011, p. 51-68.

_____. Sobre o regimen politicum no *De Regimine Principum* de Ptolomeu de Lucca. *Veritas*. Porto Alegre, v. 62, n. 3, set.-dez. 2017, p. 877-903.

OLIVEIRA, F. As formas da constituição em Cícero. *MÁTHESIS*, 13, 2004, p. 105-123.

PINTO, Fabrina M. Leonardo Bruni e o seu projeto político de tradução in: *Territórios e Fronteiras*, v. 15, n. 2 (2022). Dossiê: Interpretações sobre a curiosidade, pp. 79-95.

_____. Política, história e instituições republicanas no primeiro Quattrocento: a Florença de Leonardo Bruni. *Revista Maracanan*. Dossiê A cidade e suas imagens (24), 593-614. <https://doi.org/10.12957/revmar.2020.48035>

PINTO, F.; FALCÃO, L. História, república e fundação da cidade de Florença em Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Maquiavel. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 53-82, 2021. DOI: 10.15848/hh.v14i35.1619. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1619>.

RUBINSTEIN, N. Marsilius of Padua and Italian Political Thought of his time. In: RUBINSTEIN. *Studies in Italian History in the Middle Ages and the Renaissance*. Ed. by Giovanni Ciapelli. Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 2004.

_____. “Le dottrine politiche nel Rinascimento” In: RUBINSTEIN, N. *Studies in Italian History in the Middle Ages and the Renaissance*. Ed. by Giovanni Ciapelli. Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 2004.

SCHUTRUMPF, E. *The Earliest Translations of Aristotle's Politics and the Creation of Political Terminology*. Wilhelm Fink, Paderborn, 2014.

SCHMITT, C. Aristóteles y el Renacimiento. León: Universidad, Secretariado de Publicaciones, 2004.

SEIGEL, Jerrold E. ‘Civic humanism’ or Ciceronian rhetoric? The culture of Petrarch and Bruni. *Past & Present*, v. 34. n. 1, p. 3-48, 1966, pp. 27-28.

SKINNER, Q. As Fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VASOLI, C. Leonardo Bruni, in *Dizionario biografico degli italiani*, 14, Roma 1972, pp. 618-633; G. GRIFFITHS, J. HANKINS, D THOMPSON (ed.). *The Humanismo of Leonardo Bruni. Selected Texts*. Birmingham: New-York. Renaissance Society of America, 1987, p. 15-46.

VITI, Leonardo Bruni e la polemiche antiumanistiche IN: *Gli umanesimi medievali*. A cura di Claudio Leonardi, Firenze, Sismel, 1998, p. 795-805.

VITI, Paolo; CADINI, R. *Le radici umanistiche dell'Europa. Coluccio Salutati Cancelliere e Politico*. Atti del Convegno internazionale del Comitato nazionale delle celebrazioni del VI centenario della morte di Coluccio Salutati. Firenze: Edizioni Polistampa, 2008.

VITI, Paolo. La “rivoluzione delle traduzioni di Leonardo Bruni. In: *La traduzione latina dei classici greci nel Quattrocento in Toscana e in Umbria*. A cura di John Butcher e Giulio Firpo. University Book, 2020.

WILSON, N. *De Byzance à l'Italie: l'enseignement du grec à la Renaissance*. Paris: Belles Lettres, 2015, p. 27-35.

_____. *Manuele Crisolora e il Ritorno del Greco in Occidente*. A cura di Riccardo Maisano e Antonio Rollo. Istituto Universitario Orientale; Dipartimento di Studi Dell'europa Orientale; Dipartimento Di Studi del Mondo Classico e del Mediterraneo Antico, 1997.

WITT, Ronald G. *In the Footsteps of the Ancients: The origins of Humanism from Lovato to Bruni*. Leiden: Brill, 2000, p. 453-454.

XINZHI ZHAO. A Ciceronian Defense of Democratic Participation. *Periódico UFSC*, 2021, p. 106. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2021.e78929>